



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
 Setor Bancário Norte Quadra 01 Bloco F - Bairro Asa Norte - CEP 70040-908 - Brasília - DF - www.dpu.def.br
 Edifício Palácio da Agricultura

MEMÓRIA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Procedimento	Data	Horário	Local
08038.008826/2022-15	21/07/2022	10h	Teams

2. PARTICIPANTES

Pela Aliança LGBTI+

Dr. Otávio Costa - Diretoria Executiva do Grupo Dignidade
 Dr. Toni Reis – Diretor-presidente da Aliança LGBTI+
 Dra. Amanda Souto Baliza – Coordenadora da área jurídica da Aliança
 Dr. Cláudio Nascimento - Diretor de políticas públicas da Aliança Nacional

Pela DPU

Dra. Carla Marrone Alimena - GT LGBT
 Dr. Emanuel Adilson Gomes Marques - GT LGBT
 Dra. Luciana Granado Bregolin Dytz - GT LGBT
 Dr. Sergio Caetano Conte Filho - GT LGBT
 Dra. Simone Castro Feres de Melo - GT LGBT
 Ana Caroline - Coordenadoria de Gênero e Diversidade SAE
 Lorena - Coordenadoria de Gênero e Diversidade SAE

3. RELATO DA REUNIÃO E ENCAMINHAMENTOS

Após os devidos cumprimentos, informa-se que o objetivo da reunião é sistematizar os projetos entre o GT LGBTI+ e a Aliança LGBTI+.

Iniciada a reunião, Dr. Toni Reis informou sobre a parada LGBTI+, que acontecerá no Rio de Janeiro, dia 24 de setembro de 2022, que o Dr. Cláudio Nascimento que é o diretor de políticas públicas, sugeriu um seminário, estendeu o convite à DPU, a ideia é apresentar o GT LGBTI+, o papel da DPU e a parceria entre a Aliança LGBTI+ e a DPU no projeto “Cumpra-se”.

Dra. Amanda Souto elencou as ações importantes:

1. Ação da Receita Federal que está tramitando no Paraná;
2. Ação do IBGE que está tramitando no Acre;
3. Questionamento sobre a Resolução nº 366/CNJ;
4. Questão do RG (tem potencial discriminatório);
5. ADPF 527/STF (Urgente);

Contextualizou sobre a ADPF 527/STF (permite que pessoas trans escolham a ala condizente com a identidade de gênero do presídio);

Pontuou algumas ações de incidência política, que são dois Projetos de Leis:

1. PL 134/2018 (Estatuto da Diversidade, está na comissão de transparência);
2. PL 470/2013 (Estatuto das Famílias – foi arquivado, mas atualizar o texto para reapresentá-lo em 2023);

Dr. Toni sugeriu que o GT fizesse um mapeamento das ações que estão em andamento no STF, além de uma nova ação, com base no movimento negro entrou uma a partir dos dados, sobre estatísticas de mortes.

Dra. Amanda informou sobre a questão da gratuidade da retificação de registro civil, a provocação foi feita pela DPU/BA, haverá uma reunião em Agosto e estendeu o convite à DPU.

Dr. Emanuel sugeriu que a proposta do consultor, poderia ser o levantamento dessas estatísticas, sobre o impacto financeiro nos cartórios.

Dra. Simone relatou sobre a questão do sistema carcerário, se vale pena centralizar essa questão em um único presídio ou efetivamente manter nos presídios comuns a diferenciação a ala ou cela, informou que é uma questão complicada de se resolver na prática.

Dra. Amanda informou que a ideia de presídios específicos poderiam gerar uma segregação, que as alas específicas ou a possibilidade da escolha onde a pessoa vai ficar mais interessante e efetiva.

Dr. Toni informou que a Aliança LGBTI+ possui a enciclopédia LGBTI+ e 4 manuais (comunicação; educação, cristianismo, advocacy estratégica e controle social de políticas públicas), que vai disponibilizar para o GT, falou da importância de entender os termos.

Dra. Amanda explicou sobre o programa “Cumpra-se”, que é um programa de advoga-se dos órgãos do poder público, ou seja, conseguir atingir locais que os advogados não conseguem. O projeto tem esse nome porque apesar da conquista de uma questão no STF, geralmente, quando chega no município no interior do estado a decisão não é respeitada, então, entende-se que a decisão do STF tem que ser aplicada em todos os lugares do Brasil.

E a partir disso foi desenvolvido um diálogo diferente para cada tipo de órgão, o principal foco são os Defensores, os Ministérios Públicos e Secretarias, ou Secretaria de Segurança Pública ou Secretaria de Justiça dependendo do estado, como deve ser o atendimento com o público LGBTI+, durante os diálogos é sugerido que sejam criados núcleos ou grupos específicos para tratar a diversidade da instituição.

Dr. Cláudio sugeriu que fosse feito uma sensibilização interna e projeto de educação na estrutura da DPU, desde a recepção, o acolhimento das pessoas e nas demandas, com os Defensores, servindo de exemplos para as Defensorias Públicas Estaduais.

Dr. Emanuel informou que a DPU não possui um curso para os próprios profissionais, um curso de formação em educação em direitos para todos os profissionais inclusive defensores, é de extrema importância esse curso de formação, será uma prioridade para nova composição do GT LGBTI+.

Encaminhamentos:

1. Aliança LGBTI+ encaminhar a enciclopédia e manuais prontos;
2. Aliança LGBTI+ encaminhar o convite oficial para o seminário do dia 24/09, no Rio de Janeiro;

3. GT LGBTI fazer o mapeamento das ações no STF, principalmente o andamento da ADPF 527/STF;
4. GT LGBTI+ fazer mapeamento sobre a possibilidade de curso de formação com a ENADPU;
5. Projeto da consultoria (prazo 04/08 – usar modelo do Termo de Referência);
6. GT LGBTI+ resgatar pesquisa sobre identidade sexual e gênero (verificar com a SGP);

É o relatório.



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel Adílson Gomes Marques, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 22/07/2022, às 15:33, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **5379645** e o código CRC **50DB9AC9**.